

Subsídios e salários, as dúvidas

O governo já definiu os principais parâmetros das contas externas para 1983, os quais deverão ser aprovados na reunião de amanhã do Conselho Monetário Nacional. A idéia central é conseguir um superávit comercial entre 5 bilhões e 6 bilhões de dólares, para reduzir a US\$ 8 bilhões o déficit em transações correntes, que é o valor máximo financiável pelo mercado financeiro internacional.

Contudo, a estratégia de combate à inflação no próximo ano ainda está pendente de decisões que o governo tem dificuldades em tomar, uma das quais diz respeito ao nível de subsídios a ser concedido à economia. Por enquanto, segundo o ministro do Planejamento, Delfim Netto, só está acertado que as exportações continuarão sendo altamente privilegiadas.

A dúvida existe na área de subsídios à agricultura: enquanto o ministro do Planejamento afirma que é necessário continuar incentivando a produção agrícola, para garantir a obtenção de consecutivas e tranquilizadoras safras acima de 50 milhões de toneladas, o Banco Central volta a insistir na tese de redução dos subsídios, com a elevação dos tetos dos empréstimos ao setor rural, já que até agora não foi possível financiar os subsídios com recursos não-inflacionários.

É provável que, tal como no ano passado, acabe prevalecendo o ponto de vista do ministro do Planejamento, promovendo-se apenas, conforme está programado, uma elevação da participação do sistema bancário privado no financiamento rural. Para Delfim, a redução dos subsídios à agricultura ocorrerá junto com a queda da taxa inflacionária, que ele espera possa ocorrer de forma mais consistente no próximo ano.

INDEXAÇÃO INFLACIONÁRIA

Outra ativa discussão no interior

do governo diz respeito aos efeitos realimentadores do processo inflacionário provocados pela indexação geral da economia. Técnicos com responsabilidade na orientação da política econômica asseguram que, enquanto a correção monetária for calculada tendo como referência a projeção de uma inflação futura, os ganhos antiinflacionários serão reduzidos ou nulos.

Não está fora de cogitações uma alteração do sistema de indexação, retornando-se à prática anterior, pela qual o cálculo da correção monetária se fazia tendo em vista uma inflação passada e não uma projeção de uma inflação futura. De acordo com os defensores da idéia, caso a inflação efetiva seja superior à estimada, a compensação será realizada mais adiante, garantindo-se, de qualquer forma, a capacidade aquisitiva da moeda e a rentabilidade das aplicações da caderneta de poupança e demais títulos de renda fixa.

De acordo com executivos da Sepplan, em Brasília, mantendo-se a correção monetária alguns pontos percentuais atrás da inflação, ela perde substancialmente seu poder realimentador do processo inflacionário, sem causar prejuízos insanáveis aos aplicadores. A questão básica, segundo eles, é política e consiste em saber se há condições para promover a mudança, sem a qual, asseguram, dificilmente será possível reduzir a inflação a níveis toleráveis pela sociedade.

POLÍTICA SALARIAL

A política salarial também poderá ser objeto de uma decisão do governo no princípio do ano, apesar da insistência com que os ministros da área econômica negam a hipótese. Sabe-se, contudo, que é forte a pressão do setor empresarial, que vem conseguindo demonstrar ao governo a impossibilidade de manter reajustes salariais acima da

taxa inflacionária para a maioria de seus empregados.

Na Secretaria de Planejamento, também há a consciência de que a atual fórmula de reajuste dos salários contribui para estimular a inflação, na medida em que os salários crescem muito acima dos índices de produtividade da economia, e que algo é preciso fazer para, mantendo o valor real dos salários, evitar a ação realimentadora da inflação da atual legislação salarial.

Embora no governo ninguém se atreva a doador a questão, há indícios de que, no próximo ano, seria tentada uma negociação pela qual se abriria mão do reajuste adicional de 10% sobre o INPC, para os salários na faixa de um a três salários mínimos, estabelecendo-se, em contrapartida, a aplicação integral do INPC para todas as faixas salariais.

Caso isso ocorra, estará interrompido o processo de transferência de renda, via salário, das classes mais favorecidas para as mais pobres, a razão principal invocada pelo governo para justificar a atual fórmula de reajuste dos salários. Porém, para os técnicos da área econômica, no momento em que o combate à inflação for considerado uma prioridade inarredável, a mudança na política salarial terá de ser efetivada, ainda que o governo tenha de assumir um custo político pela mudança.

Há quem acredite, no entanto, que ainda não será em 1983 que o governo introduzirá modificações sensíveis na estratégia de política econômica. Preocupado com a crise externa, sua inquietação fundamental será o balanço de pagamentos e sua obsessão a regularização das contas externas, para manter o fluxo de recursos, reduzir a dependência do mercado financeiro internacional e atravessar a crise sem necessidade de bater às portas do Fundo Monetário Internacional.